



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS SÓCIOS DO "CENTRO LUNIGIANESE"
DE ESTUDOS JURÍDICOS E UM GRUPO DE MAGISTRADOS**

Sábado, 14 de Abril de 1984

1. É-me grato receber e saudar todos vós, Sócios do Centro Lunigianese de Estudos Jurídicos, vindos Roma da sugestiva e histórica região da Lunigiana, para participardes num vosso encontro e para o Jubileu da Redenção.

Agradeço-vos esta vossa visita e exprimo-vos o meu apreço pela actividade de pesquisa, de estudo e de intercâmbios culturais, também a nível internacional, que desenvolveis a fim de que sejam promovidos os princípios do direito e da justiça.

Saúdo com intenso sentimento também o grupo de Magistrados que se associou a vós nesta Audiência, bem como todos os familiares que quiseram trazer-me com a sua significativa presença o testemunho da própria fé cristã e da sua adesão ao Sucessor de Pedro. A todos digo: "A vós graça e paz sejam dadas da parte de Deus" (Ef. 1, 1).

2. Este encontro com distintos cultores de estudos jurídicos – magistrados, advogados, notários – é para mim ocasião propícia para honrar nas vossas pessoas a actividade específica e benemérita que desenvolveis, e também para reafirmar a estima e a consideração, de que goza perante a Igreja a vossa profissão, que se orgulha de antigas e nobres tradições.

Bem sabeis como a vossa actividade tem grande importância na vida da sociedade, sendo destinada a salvaguardar os direitos dos cidadãos e a garantir o ordenado desenvolvimento dela na liberdade e na justiça. A vossa responsabilidade supõe rigor lógico, cultura vasta e profunda, experiência e capacidade de penetrar no íntimo do coração humano, que é um mistério insondável.

Com razão, a justiça foi definida pela sabedoria antiga, "domina et regina virtutum" (cf. Cicer., *De Officiis*, 3, 8). Este conceito, que eleva a justiça à dignidade de *virtude*, exige um assíduo e vigilante empenho *moral*, que deve inspirar-se naqueles princípios éticos que têm a sua consistência na ordem da lei natural e daquela positiva, e conferem à norma jurídica estabilidade e valor social.

3. Mas a inspiração cristã, que vos sugeriu a iniciativa do Jubileu exige que vós, além de vos manterdes plenamente fiéis às normas do direito positivo, difundais o olhar para além dos confins da justiça puramente humana, para inspirar a vossa vida e o vosso comportamento em Jesus Redentor que compendiou as normas do recto agir no mandamento do amor de Deus e do próximo. Certamente recordais-vos da pergunta feita a Jesus por um *doutor da lei* — hoje diremos por um magistrado — "Mestre, qual é o maior mandamento da Lei? Jesus disse-lhes: 'Amarás ao Senhor, teu Deus, com toda a tua alma e com toda a tua mente'. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é-lhe semelhante: 'Amarás ao teu próximo como a ti mesmo'. Destes dois mandamentos depende toda a Lei" (*Mt.* 22, 35-40). Daqui deriva que o vosso empenho na busca da justiça e da equidade deverá ser cada vez mais vivificado pela lei suprema do amor para com cada homem, criado "à imagem e semelhança de Deus".

Se a justiça não é animada pelo amor arrisca-se a ir ao encontro de deformações e interpretações incompletas. Como eu já disse na Carta Encíclica "*Dives in misericordia*": "A experiência do passado e do nosso tempo demonstra que a justiça, por si só, não é suficiente; e mais, que ela pode levar à negação e ao aniquilamento de si mesma, se não se permitir *àquela força mais profunda, que é o amor*, plasmar a vida humana nas suas várias dimensões". Daqui "a necessidade de recorrer às *forças* bem mais profundas *do espírito*, que condicionam a própria ordem da justiça" (n. 12).

4. Caros Irmãos e Irmãs, se vos conformardes aos princípios desta justiça *superior*, sereis não só autênticos servidores da verdade e do direito, mas também homens de boa vontade, de compreensão e de misericórdia; o vosso serviço elevar-se-á cada vez mais e a vossa vida será um vivo testemunho da bondade e da justiça mesma de Deus.

O Senhor vos conceda a graça de celebrardes com estes sentimentos e com estes propósitos o Jubileu da Redenção no término deste Ano de perdão e de misericórdia. Isto vos desejo de todo o coração, invocando sobre as vossas pessoas e sobre vossa actividade a divina assistência de que é penhor a Bênção Apostólica.